

SUDAM: DESAFIOS, CORRUPÇÃO E OPORTUNIDADES PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA.¹

Alexandre Ribeiro Corrêa²
Alexandre Chagas Soares Machado³

RESUMO

O artigo analisa a atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) desde sua criação até o presente, destacando as falhas de gestão e corrupção que comprometeram seus objetivos. O clientelismo e a falta de transparência resultaram em projetos mal planejados e aprovados com base em interesses políticos, levando ao desvio de recursos e à ineficácia da instituição. A SUDAM priorizou grandes empreendimentos de exploração intensiva, negligenciando alternativas sustentáveis e as necessidades das comunidades locais, o que resultou em desigualdades e degradação ambiental. Em 2001, a SUDAM foi desativada temporariamente, retornando em 2007 com uma nova missão focada em desenvolvimento sustentável. O artigo conclui que o futuro da Amazônia depende da inclusão social, do planejamento integrado e do fortalecimento das capacidades locais, alinhando o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a justiça social.

Palavras-chave: SUDAM, Amazônia, Corrupção, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This article examines the performance of the Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) from its inception to the present, highlighting management failures and corruption that undermined its objectives. Clientelism and lack of transparency led to poorly planned projects approved based on political interests, resulting in resource diversion and institutional ineffectiveness. SUDAM prioritized large-scale exploitative ventures, overlooking sustainable alternatives and local community needs, exacerbating inequalities and environmental degradation. In 2001, SUDAM was temporarily deactivated, returning in 2007 with a renewed mission focused on sustainable development. The article concludes that the future of the Amazon relies on social inclusion, integrated planning, and strengthening local capacities, aligning economic development with environmental preservation and social justice.

Keywords: SUDAM, Amazon, corruption, sustainable development.

¹ Este artigo foi desenvolvido na disciplina de Economia Amazônica, ministrada pelo docente e pesquisador Eduardo José Monteiro Da Costa, curso de Economia da UFPA.

² Discente de Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará

³ Discente de Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará

Introdução

Desde a sua criação, a SUDAM esteve no centro de um intenso debate sobre o sucesso e os fracassos das políticas de desenvolvimento na região. Ao longo das décadas, muitos projetos apoiados pela SUDAM foram criticados por falhas na execução e resultados aquém das expectativas, o que gerou uma série de oportunidades perdidas para o real desenvolvimento da Amazônia. A falta de coordenação entre as políticas públicas, a má gestão dos recursos e a inadequação dos projetos às reais necessidades da população local contribuíram para os insucessos. Além disso, a corrupção e o clientelismo também desempenharam papéis significativos nos problemas enfrentados pela SUDAM.

Por outro lado, a experiência acumulada pela SUDAM oferece lições valiosas para a formulação de novas políticas de desenvolvimento. A compreensão das falhas passadas pode informar a criação de estratégias mais eficazes que considerem as peculiaridades da região e promovam um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O estudo das oportunidades perdidas também permite identificar áreas de potencial para o futuro, onde políticas bem estruturadas podem contribuir para um desenvolvimento real e duradouro da Amazônia.

Este artigo visa examinar os projetos da SUDAM, identificando as razões de seus fracassos e as oportunidades que foram perdidas. Através de uma análise crítica e fundamentada, busca-se não apenas entender o passado, mas também propor recomendações para futuros esforços de desenvolvimento na Amazônia, aproveitando as lições aprendidas para criar estratégias mais eficazes e adaptadas à realidade da região.

O estudo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) é essencial para compreender os problemas concretos que comprometeram a eficácia dos seus projetos de desenvolvimento. A SUDAM enfrentou desafios significativos, como má gestão e corrupção, que prejudicaram o alcance dos seus objetivos. Este trabalho justifica-se pela necessidade de uma análise detalhada dessas falhas, permitindo identificar pontos críticos e extrair lições para evitar a repetição dos mesmos erros. Com isso, pretende-se fornecer uma base prática para a melhoria das políticas de desenvolvimento na Amazônia, visando maior eficiência e alinhamento com as necessidades reais da região..

Histórico e Estrutura da SUDAM

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região amazônica brasileira. A fundação da SUDAM seguiu à promulgação da Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966, que transformou o antigo Banco de Crédito da Amazônia S.A. em Banco da Amazônia S.A. (Basa), ampliando suas atribuições para o desenvolvimento regional. O Basa passou a ser o agente financeiro da nova superintendência, marcando uma mudança significativa nos

objetivos e instrumentos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. (SUDAM, s/d, BRASIL, 2024).

Contudo, a trajetória de esforços governamentais para a promoção do crescimento econômico da região começou muito antes, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia⁴. A SPVEA foi a primeira autarquia a ter como objetivo o desenvolvimento da Amazônia, visando integrar a região ao restante do país e aproveitar seus recursos naturais.

Apesar das intenções ambiciosas, a SPVEA enfrentou diversas dificuldades, como a falta de recursos suficientes, a fragmentação de políticas e a ausência de uma infraestrutura adequada para executar projetos na vasta e isolada região amazônica. Seus esforços para implementar projetos de infraestrutura e promover o desenvolvimento econômico foram limitados pela escassez de uma estratégia coerente e uma articulação institucional eficaz. Como resultado, os impactos práticos de suas ações foram reduzidos e insuficientes para gerar um crescimento significativo.

A justificativa oficial para a extinção da SPVEA foi amplamente adotada por diversos estudiosos. Pereira afirmou que: “por ter se tornado discrepante quanto aos propósitos formalizados em lei, ela foi extinta em 1966, dando lugar ao aparecimento da Sudam, cuidadosamente expurgada dos defeitos e vícios que contaminaram a Agência Regional antecessora” (PEREIRA, 1976, p. 63).

A extinção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) ocorreram em um momento de grandes mudanças nas políticas públicas voltadas para a região amazônica, conhecidas como Operação Amazônia, conforme destaca Marques.

“A substituição da SPVEA pela Sudam fez parte da Operação Amazônia, um conjunto de instrumentos institucionais legais, adotados nos últimos meses de 1966 e início do ano seguinte. Com a Operação, ademais, regulamentou-se a Zona Franca de Manaus, criando sua superintendência, foi criado o Banco da Amazônia para o lugar do Banco de Crédito da Amazônia e foi instituída uma nova política nacional da borracha. Mas talvez a mais importante das mudanças tenha sido a reformulação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.”(MARQUES, 2013, p. 185).

Sua criação veio acompanhada de uma importante mudança estrutural, quando o antigo Banco de Crédito da Amazônia foi transformado no Banco da Amazônia S.A. (BASA), passando a atuar como o principal agente financeiro da SUDAM. Essa reestruturação permitiu que a superintendência gerisse, com mais recursos e suporte institucional, os investimentos necessários para estimular o desenvolvimento da região.

⁴ Em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo de elaborar e conduzir um plano de desenvolvimento para a região.

A SUDAM foi criada com a missão de coordenar, planejar e promover o desenvolvimento integrado da Amazônia, adotando instrumentos como incentivos fiscais e a criação do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM)⁵ para atrair investimentos privados.

“Dentro dos parâmetros normativos dados para o estabelecimento da SUDAM, se encontra a lei 5.174 na qual gerava a concessão de incentivos fiscais em favor da Região, conferia liberdade a pessoas jurídicas, exceções de impostos de renda, taxas federais, para atividades industriais, agropecuárias e de serviços, e isenção de impostos e taxas para maquinarias e equipamentos importados e bens doados por entidades estrangeiras.”(LEÓN; ARAÚJO; REZENDE; SOBRINHO, 2015, p. 5)

Esses incentivos foram desenhados para viabilizar grandes projetos industriais, agropecuários e de infraestrutura, que eram vistos como motores do crescimento regional. A expectativa era que, por meio de isenções fiscais e financiamento subsidiado, a Amazônia se tornasse uma região economicamente próspera, ao mesmo tempo em que integrasse sua economia ao restante do país.

A estrutura organizacional da SUDAM incluía um conselho deliberativo, formado por representantes de ministérios, entidades regionais e do setor privado, responsável por aprovar os projetos e definir as prioridades de investimento. A superintendência também contava com equipes técnicas multidisciplinares, encarregadas de avaliar a viabilidade dos projetos e monitorar sua execução. A ideia era que, por meio dessa estrutura, a SUDAM pudesse coordenar o desenvolvimento de forma mais eficiente do que seu antecessor, a SPVEA.

No entanto, ao longo dos anos, a SUDAM também enfrentou muitos dos mesmos desafios que a SPVEA havia encontrado. Entre as críticas mais recorrentes estava a má gestão dos projetos e a corrupção, que desviava recursos e enfraquecia a capacidade da superintendência de alcançar seus objetivos. Muitos projetos financiados pela SUDAM fracassaram ou nunca foram completados, o que resultou em enormes desperdícios de recursos públicos. Em particular, a prioridade dada a grandes projetos de infraestrutura e exploração de recursos naturais muitas vezes ignorou as necessidades da população local e contribuiu para a degradação ambiental em várias partes da Amazônia.

Além disso, a SUDAM foi frequentemente acusada de favorecer interesses privados e grandes conglomerados econômicos em detrimento das comunidades amazônicas, que raramente se beneficiavam diretamente dos projetos. Embora os incentivos fiscais tenham atraído investimentos para setores como mineração e agricultura, os impactos sociais e ambientais foram severos, com desmatamento, perda de biodiversidade e exclusão social.

Durante os anos 1980 e 1990, a SUDAM passou por várias tentativas de reforma para melhorar sua eficiência e transparência, mas seus problemas de gestão e corrupção persistiram. O que resultou na sua extinção em 24 de agosto de 2001, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na medida provisória nº. 2.157-5, criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e

⁵ O FINAM foi criado pelo Decreto Lei no 1.376, de 12.12.74, alterado pela Lei no 8.167, de 16.01.91, regulamentada pelo Decreto nº 101, de 17.04.91.

extinguiu a SUDAM. No entanto, a ADA não conseguiu resolver os problemas estruturais herdados, e em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a nova Sudam pela Lei Complementar N°124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). O Decreto N° 6.218, de 4 de outubro de 2007,, com a promessa de uma nova fase de transparência e melhor gestão.

Ao longo de sua história, a SUDAM desempenhou um papel central na promoção de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, mas também enfrentou falhas estruturais que limitaram seu sucesso. A trajetória da superintendência revela a complexidade de implementar políticas públicas em uma região com desafios geográficos, ambientais e sociais tão vastos. Apesar dos avanços institucionais e das reformas, a SUDAM nunca conseguiu realizar plenamente seu potencial, e sua história é marcada por um legado de projetos falidos e oportunidades perdidas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Principais Projetos Apoiados pela SUDAM.

A SUDAM, ao longo de sua existência, foi responsável por apoiar e financiar uma série de projetos ambiciosos com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da Amazônia. Entre os setores priorizados, destacam-se a mineração, a agropecuária, a construção de infraestrutura e a exploração de recursos naturais, áreas vistas como fundamentais para integrar a região ao restante do país e acelerar o crescimento econômico. No entanto, apesar da promessa de desenvolvimento e prosperidade, muitos desses projetos falharam em atingir os objetivos propostos. Essa seção se propõe a analisar os principais projetos apoiados pela SUDAM, destacando as falhas de gestão que comprometeram seu sucesso, os impactos negativos na economia e na sociedade locais, e a ineficiência na utilização dos recursos públicos.

Entre os principais projetos apoiados pela SUDAM, destacam-se iniciativas como o Programa Grande Carajás (PGC), que foi concebido para desenvolver uma série de projetos de infraestrutura, mineração e indústria na Serra dos Carajás, com foco na extração de minério de ferro. Esse programa se tornou uma das maiores iniciativas de mineração do mundo, visando explorar vastas reservas de ferro, bauxita e outros minerais da região. Embora a extração estivesse restrita a uma área bem organizada pela Companhia Vale do Rio Doce, a migração descontrolada e os projetos adjacentes resultaram em uma situação caótica, evidenciada pela construção de estradas, da ferrovia Carajás, do porto Ponta da Madeira e da mega-usina (KOHLHEPP, 2002, p. 41).

.Projetos voltados à agropecuária, como a criação de gado e o cultivo de soja, receberam considerável apoio da SUDAM, que ofereceu incentivos fiscais e subsídios com a argumentação de que a modernização do setor traria avanços para a região. Homma (1989) observa que, a partir de 1973, as iniciativas de colonização que se baseavam na promoção da pequena propriedade começaram a falhar, levando o governo a optar por incentivar grandes empresas para assumir o desenvolvimento

rural da Amazônia. Essa abordagem favoreceu a expansão da pecuária, que exige grandes áreas de terra, resultando na ocupação extensiva de regiões no Pará, no norte de Mato Grosso e em Goiás (atualmente, Tocantins).

Além disso, a implementação de projetos de infraestrutura, como a construção da rodovia Transamazônica e das hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, foi financiada com o objetivo de facilitar o escoamento de recursos e fornecer energia para os grandes empreendimentos no Pará. A rodovia Transamazônica, em particular, foi projetada para integrar a região amazônica ao restante do país, permitindo o transporte de produtos agrícolas e minerais, além de impulsionar a migração de população para áreas antes inabitadas. As hidrelétricas, por sua vez, foram concebidas para atender à crescente demanda de energia necessária para os projetos industriais e agropecuários em expansão. Esse conjunto de iniciativas foi parte de uma estratégia mais ampla de transformação da economia da Amazônia.

No entanto, muitos dos projetos apoiados pela SUDAM foram mal executados devido a uma série de falhas de gestão, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Balbina (UHB), localizada no estado do Amazonas. Inaugurada em 1989, a usina foi projetada para gerar energia elétrica a partir do aproveitamento do rio Uatumã, inundou 2.360 km² de floresta tropical para gerar, em média, apenas 112,2 MW de eletricidade. A topografia plana e o tamanho diminuto da bacia hidrográfica fazem com que a produção de energia seja pequena. No entanto, sua construção resultou em impactos ambientais significativos, incluindo a inundação de vastas áreas de floresta e o deslocamento de comunidades locais e produção de energia aquém do esperado. (FEARNSIDE, 1990. p. 98)

A falta de planejamento adequado foi uma das principais causas para o fracasso de várias iniciativas. Ocorreu, em muitos casos, uma subestimação das dificuldades logísticas e ambientais associadas à execução dos projetos na Amazônia, uma região caracterizada por sua vastidão, falta de infraestrutura e isolamento geográfico. Além disso, muitos dos projetos eram concebidos sem levar em consideração as especificidades socioambientais da região, o que gerava um desalinhamento entre as necessidades locais e os objetivos econômicos estabelecidos pela SUDAM.

Outro fator significativo que comprometeu o sucesso desses projetos foi a ausência de mecanismos de fiscalização e acompanhamento. Em muitos casos, os projetos recebiam o financiamento inicial, mas a falta de controle efetivo sobre a aplicação dos recursos permitiu desvios e má gestão. A corrupção endêmica também foi um problema recorrente, com vários casos de recursos destinados a projetos de desenvolvimento sendo desviados para interesses privados ou simplesmente mal utilizados. O resultado foi a execução incompleta ou inadequada de muitas iniciativas, que frequentemente não geravam os benefícios esperados para a economia local.

Outro exemplo de projeto falido foi o Programa de Colonização da Transamazônica. Originalmente pensado como uma solução para aliviar a pressão populacional nas regiões mais

urbanizadas do Brasil e promover a ocupação da Amazônia, principalmente pela migração nordestina. Segundo Kruger (2022) “O discurso oficial garantia que o deslocamento da população do Nordeste excedente solucionaria os conflitos sociais da região e criaria polos de mão de obra que beneficiaram a expansão dos grandes projetos agropecuários, minerais e industriais na Amazônia.” Esse argumento reforçava a narrativa de que a Amazônia seria a solução para a pressão demográfica e econômica do Nordeste, promovendo uma integração nacional. No entanto, o que se observou foi a intensificação de desigualdades sociais e a marginalização de populações locais diante da expansão dos grandes empreendimentos.

O projeto foi marcado por uma falta de infraestrutura e de apoio técnico adequado aos colonos. A ausência de estradas pavimentadas, escolas, hospitais e outros serviços básicos tornou impossível o desenvolvimento sustentável das áreas colonizadas. Como resultado, muitas famílias abandonaram as terras e retornaram às suas regiões de origem, deixando a Transamazônica inacabada e a promessa de desenvolvimento da região por meio da colonização rural como mais um exemplo de fracasso de políticas mal concebidas e mal executadas.

Corrupção e Clientelismo: Efeitos na Gestão da SUDAM.

A corrupção e o clientelismo foram fatores determinantes que minaram a eficácia da SUDAM desde os primeiros anos de sua atuação. A falta de transparência e controle sobre os processos de aprovação e execução dos projetos, juntamente com a influência política no direcionamento dos recursos, criaram um ambiente onde a má gestão prosperou, comprometendo a capacidade da SUDAM de cumprir seus objetivos de promover o desenvolvimento da Amazônia.

Um dos principais problemas enfrentados pela SUDAM foi a influência da corrupção nos processos de aprovação e execução de seus projetos. A concessão de incentivos fiscais e financiamentos passou a depender não apenas de critérios técnicos, mas também de relações políticas e interesses pessoais. Muitas vezes, os projetos eram aprovados com base em acordos políticos entre governantes e empresários, em vez de serem fundamentados em estudos de viabilidade que considerassem as necessidades reais da região amazônica. Esse cenário resultou na aprovação de projetos sem mérito técnico ou planejamento adequado, o que contribuiu para uma alta taxa de fracasso nas iniciativas financiadas pela SUDAM.

Gilberto de Souza Marques, em sua tese de doutorado, oferece uma análise crítica sobre os problemas enfrentados pela SUDAM, destacando a má gestão e a corrupção como fatores centrais para o fracasso da instituição:

"Com a Sudam o problema esteve no mau uso dos recursos destinados ou administrados por ela. Por um lado, não se teve competência técnico-administrativa na aprovação e acompanhamento dos projetos incentivados. Por outro, a corrupção desviou parcela considerável de recursos destinados ao desenvolvimento regional, enfraquecendo-o e levando a Superintendência ao descrédito que marcou sua decadência. Esta posição foi dominante no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso..." (MARQUES, 2007, p. 4).

Um exemplo claro do impacto da corrupção foi o desvio sistemático de recursos destinados a projetos de infraestrutura e desenvolvimento agrícola. Empresas fantasmas, criadas com o único propósito de captar incentivos fiscais, recebiam subsídios da SUDAM sem jamais realizarem qualquer atividade produtiva. Essas práticas corroeram a credibilidade da instituição e desviaram milhões de reais que deveriam ter sido investidos no desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Os escândalos de desvio de recursos atingiram seu auge no início dos anos 2000, quando a SUDAM foi alvo de várias investigações federais, resultando na descoberta de esquemas de corrupção generalizada. Investigações da Polícia Federal e do Ministério Público revelaram que a SUDAM estava envolvida em um escândalo de corrupção envolvendo o desvio de pelo menos R\$ 4 bilhões da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que provocou grande impacto na política brasileira, chegando a envolver o então presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB). O caso se tornou um exemplo marcante de impunidade no Brasil, já que, até hoje, poucas punições foram aplicadas e o dinheiro desviado não foi recuperado pelos cofres públicos.

Esses escândalos tiveram um efeito devastador sobre a imagem institucional da SUDAM, que passou a ser vista como uma autarquia ineficiente e comprometida por interesses privados e corrupção. A falta de confiança pública na instituição contribuiu para sua desativação em 2001, quando o governo federal decidiu extinguir temporariamente a SUDAM devido à sua incapacidade de cumprir suas funções de forma transparente e eficaz. A decisão de desativar a SUDAM foi uma tentativa de reconstruir sua estrutura institucional e restaurar a confiança em sua missão, mas o impacto da corrupção na credibilidade da agência foi profundo e duradouro.

Quando comparada a outras agências de desenvolvimento regional no Brasil, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a SUDAM apresentou desafios de governança mais graves, principalmente devido à complexidade da região amazônica e ao envolvimento direto de elites políticas e econômicas locais. Embora a SUDENE também tenha enfrentado problemas de corrupção e má gestão, a SUDAM foi particularmente vulnerável ao clientelismo, em parte devido à vastidão da Amazônia, à dificuldade de monitoramento de projetos em áreas remotas e à presença de interesses econômicos poderosos relacionados à exploração de recursos naturais.

A comparação entre essas agências revela que a SUDAM, embora enfrentasse desafios institucionais e regionais semelhantes, foi particularmente prejudicada pela má gestão e pela interferência política. A ausência de mecanismos adequados de accountability e a falta de uma liderança focada em combater a corrupção contribuíram para o fracasso da SUDAM em atingir seus objetivos de promover o desenvolvimento sustentável e equitativo da Amazônia.

Oportunidades Perdidas para o Desenvolvimento da Amazônia

A Amazônia é uma região rica em biodiversidade e recursos naturais, com potencial para se tornar uma referência em desenvolvimento sustentável. No entanto, a SUDAM, ao longo dos anos, focou em projetos que priorizavam a exploração intensiva de recursos, como mineração, agropecuária e grandes obras de infraestrutura. Esses projetos não apenas negligenciaram alternativas mais sustentáveis, como também foram incapazes de promover um desenvolvimento equilibrado que levasse em consideração as particularidades ambientais e sociais da região.

Iniciativas ligadas ao extrativismo sustentável, ao manejo florestal e à bioindústria, que poderiam ter gerado emprego e renda sem prejudicar o ecossistema, foram subestimadas. Ações voltadas para o uso sustentável da floresta, como o desenvolvimento de produtos farmacêuticos e cosméticos a partir de princípios ativos da biodiversidade amazônica, receberam pouco investimento. Ao dar preferência para grandes empreendimentos com impacto socioambiental elevado, o governo perdeu a oportunidade de transformar a Amazônia em um modelo de economia verde e sustentável.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos projetos da SUDAM foi a falta de alinhamento entre as políticas de desenvolvimento e as necessidades reais da população amazônica. A maior parte dos projetos priorizou investimentos em infraestrutura e grandes empresas, negligenciando as demandas das comunidades locais. Setores como saúde, educação, saneamento básico e qualificação profissional foram secundarizados, resultando em pouco impacto positivo na vida das populações mais vulneráveis.

Muitas das iniciativas implementadas pela SUDAM beneficiaram grandes empresários e investidores de fora da região, enquanto os benefícios locais eram limitados. Em vez de gerar empregos de qualidade e promover o desenvolvimento local, esses projetos muitas vezes agravavam as desigualdades e resultavam em deslocamentos forçados de comunidades tradicionais, como indígenas e ribeirinhos, que dependiam dos recursos naturais para sua subsistência. Esse descompasso entre os interesses das políticas públicas e as necessidades da população foi um dos principais fatores para o fracasso dos projetos.

A SUDAM deixou de explorar plenamente o potencial da Amazônia como um centro de desenvolvimento sustentável. Com sua vasta biodiversidade e ecossistemas únicos, a região poderia ter se tornado um modelo global de desenvolvimento que equilibra crescimento econômico com preservação ambiental. No entanto, o foco em atividades econômicas predatórias e de curto prazo prejudicou o aproveitamento de alternativas mais sustentáveis e duradouras.

Projetos de sustentabilidade, como o manejo florestal sustentável, o ecoturismo e o desenvolvimento de energias renováveis, poderiam ter gerado impactos positivos para a economia local e nacional, sem sacrificar os recursos naturais. O potencial para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para o uso sustentável da floresta e a preservação da biodiversidade foi

amplamente subutilizado, refletindo uma visão limitada de desenvolvimento que desconsiderou os ganhos de longo prazo.

Além disso, o componente de inclusão social foi negligenciado. A SUDAM não conseguiu integrar de forma eficaz as populações locais nos projetos de desenvolvimento. Falhou em criar oportunidades educacionais e profissionais que permitissem que essas comunidades participassem ativamente dos benefícios do desenvolvimento econômico. A ausência de programas voltados para a formação e capacitação de mão de obra local, em particular nas áreas de sustentabilidade e manejo de recursos naturais, contribuiu para a perpetuação da pobreza e da desigualdade na região.

Lições Aprendidas e Propostas para o Futuro.

O fracasso de grande parte dos projetos da SUDAM revela a importância da gestão eficiente e transparente dos recursos públicos. As falhas sistêmicas da superintendência, especialmente relacionadas à corrupção e ao clientelismo, prejudicaram a execução de projetos e minaram a confiança na instituição. O aprendizado mais claro é que a ausência de mecanismos de controle rigorosos e a falta de fiscalização consistente resultaram em desvios que comprometeram o alcance de resultados positivos.

Além disso, os projetos da SUDAM não foram desenhados para atender adequadamente às necessidades locais. A subestimação do conhecimento das comunidades amazônicas e a centralização das decisões distantes da realidade regional foram erros recorrentes. Um desenvolvimento eficaz precisa ser adaptado às particularidades econômicas, sociais e ambientais da Amazônia, envolvendo as populações locais em todas as fases dos projetos.

A ausência de políticas de longo prazo também foi um fator crítico. A maioria dos projetos da SUDAM teve uma visão de curto prazo, priorizando resultados imediatos em detrimento de um planejamento estratégico que equilibrasse crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social. Esse tipo de abordagem superficial prejudicou tanto o desenvolvimento sustentável quanto o social.

A primeira recomendação para as futuras políticas públicas voltadas para a Amazônia é a integração das populações locais no processo de planejamento e execução dos projetos. É necessário criar mecanismos de participação social que permitam que as comunidades ribeirinhas, indígenas e demais populações tradicionais sejam ouvidas e envolvidas, aproveitando seus conhecimentos e demandas. O desenvolvimento de uma economia local fortalecida só será possível quando as políticas forem desenhadas para beneficiar diretamente esses grupos.

Outro ponto essencial é a necessidade de planejamento integrado e de longo prazo. As novas políticas precisam ser pensadas com uma visão estratégica, que contemple o equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social. Projetos de manejo florestal

sustentável, bioeconomia e ecoturismo podem ser exemplos de iniciativas que respeitam as características naturais da Amazônia e promovem crescimento de forma inclusiva e sustentável.

A criação de sistemas de controle mais rigorosos é crucial para evitar a repetição dos problemas que comprometeram a atuação da SUDAM. Auditorias independentes e transparência total nos processos de contratação e execução de projetos são passos essenciais para garantir o uso correto dos recursos públicos. A implementação de práticas de governança corporativa e o uso de tecnologia para monitoramento e avaliação de desempenho podem contribuir para uma gestão mais eficiente.

Além disso, o fortalecimento das instituições de fiscalização e combate à corrupção deve ser uma prioridade. A integração de órgãos federais, estaduais e municipais é necessária para garantir que os recursos cheguem aos seus destinatários sem desvios. Programas de capacitação para gestores locais e a promoção de uma cultura de integridade e transparência são medidas que podem aumentar a confiança nas futuras políticas de desenvolvimento.

A Amazônia tem um potencial extraordinário para se tornar um modelo global de desenvolvimento sustentável. Sua biodiversidade, a vasta extensão de recursos naturais e a riqueza cultural das populações locais oferecem inúmeras oportunidades para projetos inovadores que aliem desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

O foco em projetos de bioeconomia, que aproveitem os recursos naturais da Amazônia de maneira sustentável, pode ser uma das principais chaves para o futuro da região. A pesquisa científica voltada para o desenvolvimento de produtos farmacêuticos, cosméticos e alimentícios a partir da biodiversidade local pode gerar empregos qualificados e renda para as comunidades. O ecoturismo e o manejo florestal sustentável também são setores com grande potencial de crescimento, que precisam ser mais bem explorados.

Para que o potencial da Amazônia seja plenamente aproveitado, no entanto, é necessário um compromisso firme com a inclusão social. As políticas públicas precisam promover a qualificação profissional da população local, melhorar o acesso à educação e saúde e garantir infraestrutura básica para as comunidades, como saneamento e transporte. Dessa forma, a Amazônia pode alcançar um desenvolvimento equilibrado, que respeite suas peculiaridades e ofereça benefícios reais para sua população.

Os novos objetivos da SUDAM refletem uma mudança significativa em relação à sua antiga atuação, com foco em um desenvolvimento mais sustentável e integrado para a região amazônica. Atualmente, a SUDAM tem como missão coordenar e promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental da Amazônia Legal, conciliando a exploração de recursos naturais com a preservação ambiental e o bem-estar das populações locais.

Entre os principais eixos estratégicos definidos no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2024-2027, destacam-se: o Desenvolvimento Produtivo, que visa integrar e

diversificar as atividades econômicas, com a agregação de valor à biodiversidade; a Infraestrutura Econômica e Urbana, voltada à construção e modernização das infraestruturas necessárias para impulsionar o crescimento da região; o Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais, com o objetivo de melhorar a governança e gestão pública em âmbito local; o Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais, que busca reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso à educação, saúde e outros serviços fundamentais; o eixo de Pesquisa, Inovação e Educação, que combina ciência, tecnologia e inovação com educação e qualificação profissional, como motores do desenvolvimento sustentável; e, finalmente, o Meio Ambiente, que centraliza as ações relacionadas à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Essa nova abordagem também está profundamente alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁶ da ONU, além de estar fortemente influenciada pelas diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Um dos pontos centrais dessa reestruturação é a aposta estratégica na valorização da sociobiodiversidade amazônica, visando integrá-la de forma mais direta aos projetos de desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda, ao mesmo tempo em que promove a conservação ambiental.

Em relação à SUDAM do passado, a principal mudança reside na maior ênfase na transparência, participação social e sustentabilidade. Isso contrasta com o histórico de incentivos fiscais e subsídios descontrolados que beneficiavam grandes empreendimentos à custa do equilíbrio ambiental e social da região. Agora, a SUDAM busca uma atuação mais inclusiva e integrada, considerando o potencial da bioeconomia e o fortalecimento das capacidades locais para garantir que o desenvolvimento da Amazônia ocorra de maneira equitativa e sustentável, sem repetir os erros de um crescimento desordenado e excludente.

Conclusão

Este artigo traçou um panorama abrangente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), destacando suas principais falhas de gestão, o impacto da corrupção e as oportunidades que foram perdidas para um desenvolvimento regional sustentável. Desde sua criação, a SUDAM enfrentou sérios desafios que comprometeram sua eficácia, incluindo a falta de planejamento estratégico, o descompasso entre as políticas públicas e as reais necessidades das comunidades amazônicas, e a gestão inadequada dos recursos financeiros. Esses fatores culminaram em projetos que não apenas falharam em alcançar seus objetivos, mas também prejudicaram as populações que deveriam ter sido beneficiadas.

As lições aprendidas com a trajetória da SUDAM são essenciais para moldar o futuro das políticas de desenvolvimento na Amazônia. É imperativo reconhecer que o desenvolvimento não

⁶ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU em 2015, são 17 metas globais para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover a prosperidade até 2030.

pode ser imposto de fora, mas deve emergir das necessidades, dos saberes e das aspirações das comunidades locais. A inclusão das populações tradicionais, como indígenas e ribeirinhos, nas etapas de planejamento e execução é fundamental para garantir que os projetos reflitam suas realidades e promovam um impacto positivo em suas vidas.

Além disso, a experiência da SUDAM enfatiza a importância de um planejamento de longo prazo. As políticas públicas devem ser projetadas com uma visão que transcenda os ciclos políticos e os interesses imediatos, priorizando um desenvolvimento sustentável que leve em conta as complexidades socioeconômicas e ambientais da Amazônia. O compromisso com a sustentabilidade deve ser central nas novas iniciativas, explorando o potencial da biodiversidade da região por meio de projetos de bioeconomia, ecoturismo e manejo florestal sustentável.

A luta contra a corrupção e a má gestão é outra lição crucial que se destaca da análise da SUDAM. Para restaurar a confiança na administração pública e garantir que os recursos destinados ao desenvolvimento sejam utilizados de forma eficaz, é fundamental implementar mecanismos de controle rigorosos e promover a transparência nos processos. Investir em auditorias independentes e criar canais de participação da sociedade civil no monitoramento dos projetos são passos essenciais para garantir que os erros do passado não se repitam.

Por fim, a reafirmação da necessidade de políticas públicas mais eficazes e adaptadas à realidade amazônica é uma condição sine qua non para garantir um desenvolvimento regional sustentável. A Amazônia não é apenas uma rica fonte de recursos naturais, mas também um espaço vital para a preservação do meio ambiente e para a construção de um futuro mais justo. Ao abordar as questões de forma holística e integrada, será possível não apenas promover o desenvolvimento econômico, mas também fortalecer a identidade cultural e a diversidade social da região.

Em suma, as experiências passadas da SUDAM devem servir como um guia para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento na Amazônia, que reconheça a importância da inclusão social, da sustentabilidade ambiental e da gestão responsável dos recursos. Com um compromisso renovado e uma abordagem proativa, a Amazônia pode se transformar em um modelo de desenvolvimento que respeita suas peculiaridades, beneficia sua população e contribui para a conservação de um dos ecossistemas mais preciosos do planeta.

Referência Bibliográfica.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. **Regulamenta o Plano de Valorização da Amazônia e cria a SUDAM.** Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 4 set. 2024. Brasília, 2024.

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). (2015). **Formação Institucional da Amazônia.** In **Coleção Formação Regional da Amazônia, Volume 1.** Belém: Universidade Federal do Pará.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Paradoxos da burocracia. Um estudo de caso da Amazônia brasileira.** Brasília: UNB, 1976 (dissertação de mestrado).

MARQUES, Gilberto de Souza. **SPVEA: O Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966).** Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 34, p. 163-198, fev. 2013.

LEÓN, Ana Cevalyn; ARAÚJO, Itamar; REZENDE, Giulliano; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. **Planejamento regional no Brasil: a experiência da Sudam.** Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v. 7, n. 18, p. 02-21, set. 2015.

BRASIL. **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Histórico - SUDAM.** Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 18 out. 2024.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Estudos Avançados, v. 16, n. 45, 2002.

HOMMA, A. K. O. **A extração de recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia.** 1989. 346-376 f. Tese (Doutorado em Economia Rural) - Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

FEARNSIDE, Philip M. **A Hidrelétrica de Balbina: O faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia.** In: HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA: IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS NA TOMADA DE DECISÕES SOBRE GRANDES OBRAS. Vol. 1. Manaus: Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2015. p. 97-125. 296 p.

KRUGER, Renata Belz. **Colonização da Transamazônica durante o governo militar: manifestações do dispositivo colonial.** Revista GeoAmazônia, v. 11, n. 22, 2022.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira.** 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

EL, Edson Luiz. **Caso Sudam: impunidade se arrasta por uma década.** Estado de Minas, 27 mar. 2011. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/03/27/interna_politica,217893/caso-sudam-impunidade-se-arrasta-por-uma-decada.shtml. Acesso em: 20 out. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024-2027.** Belém: SUDAM, 2023.